

A questão locacional e a Nova Geografia

The locational issue and the New Geography

Sergio Fajardo¹

Resumo

Esse artigo apresenta a questão locacional como uma particularidade geográfica. A preocupação com a localização de pontos, pessoas, objetos e processos na superfície terrestre é evidenciada com o advento da Nova Geografia, corrente teórica que fez emergir a prática da organização do espaço como uma função da ciência geográfica. A relação entre a visão pragmática da Geografia e a questão locacional é aqui enfatizada.

Palavras-chave: questão locacional; Nova Geografia; epistemologia da Geografia.

Abstract

This article presents the locational issue as a geographical peculiarity. The concern with the location of points, people, objects and processes in land surface is evident with the advent of the New Geography. This theory has emerged from the practice of organization of space as a function of geographical science. The relationship between the pragmatic view of geography and the locational issue is emphasized here.

Key words: locational issue; New Geography; Geography epistemology.

Introdução

A geografia, a despeito de ser uma prática antiga, não se subtrai das influências atribuídas à evolução histórica e técnica da sociedade humana. Desde os primórdios, com os gregos, passando pelos progressos cartográficos nas grandes navegações e, enfim, atingindo, ao final do século XIX, o status da ciência moderna, a Geografia

tem sido modificada, realinhando-se em função de pensamentos, idéias, correntes e tendências predominantes.

O termo locacional (ou suas variações) é muito utilizado na Geografia. A localização é, até mesmo, considerada por muitos, como sinônimo do que é geográfico.

Na busca por localizar-se a si mesmo, fixar seus limites, conhecer lugares e fixá-los, distribuí-los, as sociedades humanas

¹ Dr.; Geógrafo; Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO; E-mail: sergiogeo2@yahoo.com.br

desenvolveram mapas, daí a importância da Cartografia como um dos sustentáculos da Geografia que, no século XIX, surge como ciência moderna. “Qualquer que seja o tipo de lugar devemos ter sempre presente sua posição no tempo, bem como sua localização no espaço.” (BROEK, 1976, p. 17).

Sob a perspectiva da localização, o pensamento geográfico ganha ênfase no “onde”, por meio de expressões como “posição”, “situação”, “local”, “distribuição” ou “disposição”. “Para sabermos onde está alguma coisa, é necessário definir sua relação espacial com pontos conhecidos, localizar e relacionar. (BROEK, 1976, p. 45).

Ao observar a evolução histórica do pensamento geográfico, constata-se que foi no período da chamada “Nova Geografia” ou “Geografia Quantitativa”, entre outros adjetivos que recebeu a corrente mais pragmática no movimento de renovação da Geografia, que se consolida essa preocupação locacional. A reflexão sobre a questão locacional não é recente na Geografia, mas foi sobremodo abandonada, ao menos enquanto no uso da terminologia, pela Geografia. O presente trabalho não pretende nem aprofundar nem esgotar a discussão, mas resgatar um pouco a questão locacional como identidade geográfica.

A questão locacional e o problema da localização

Interpretar a localização de um objeto exige que se estabeleçam relações, pois não há isolamento completo entre áreas, regiões, cidades, lugares. E a localização é vista em função dessa própria relação entre os pontos.

A questão locacional tem seus valores estratégico, econômico ou político. Historicamente, essa valorização evoluiu

juntamente com a evolução do pensamento geográfico. “... era necessário que a Terra fosse conhecida para que fosse pensado de forma unitária seu estudo. O conhecimento da dimensão e da forma real dos continentes era a base para a idéia de conjunto terrestre, concepção basilar para a reflexão geográfica.” (MORAES, 2003, p. 41).

Localização absoluta e localização relativa

Quando localizamos um ponto ou lugar na superfície terrestre por um sistema de coordenadas convencional, estamos delimitando a localização absoluta do mesmo. Essa noção absoluta que surge com os gregos não leva em conta as relações temporais. É este tipo de localização absoluta que a Geografia utilizou desde os gregos até a década de 1950 (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 17).

Como a Geografia Tradicional deixava a desejar em teorias elaboradas, a chamada Nova Geografia, com o intuito de suprir as necessidades contemporâneas capitalistas, estimulou, após a Segunda Guerra Mundial, a produção de teorias relacionadas com as características da distribuição e arranjos espaciais dos fenômenos (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 17).

Surge então a noção de “localização relativa” que seria a posição ocupada por um lugar em relação a outros lugares, sendo expressa em tempo, percurso, custo dos transportes, comunicações e outras formas. Assim, a localização relativa não é fixa, mas altera-se no tempo.

As inovações técnicas tornam relevante esse espaço relativo, intensificando ou aproximando os contatos e relações entre lugares.

A questão locacional em evidência na Geografia Pragmática

Dentro do pensamento pragmático da Nova Geografia os modelos buscados de outros ramos científicos (como a Economia) são usados como hipóteses lógicas e fonte das explicações nas quais pesava o fator localização.

A questão locacional, entendida de maneira ampla, abrangeu todo o pensamento geográfico nesse período após 1950. São retomados e afirmados estudos locacionais anteriores sendo, na sua maioria, elaborados fora da Geografia. “Os fatos mais importantes por onde emergiu a teoria da localização são os fatos econômicos e a teoria baseia-se em obras dos economistas sobre localização de áreas agrícolas, ou sobre a localização de indústrias.” (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 113).

Algumas considerações sobre a Nova Geografia: uma reforma metodológica

Devido à gama de variações complexas existentes no campo de atuação da Geografia, essa ciência esteve, e ainda está, susceptível às diferentes teorias que tratam das relações entre sociedade, meio físico e seres vivos, das particularidades dos lugares, região e das atividades humanas. Estas questões que por si mesmas refletem a complexidade da realidade, são alocadas dentro de um debate epistemológico que representa uma espécie de disputa teórica no sentido de encontrar, não apenas os métodos, mas o posicionamento e a função da ciência geográfica.

No século XX a Geografia, orientada pelos velhos paradigmas, consegue apenas descrever e compreender realidades de um mundo tradicional. E, apesar dos embates metodológicos travados, como o ocorrido

entre Determinismo e Possibilismo, a Geografia possuía limitações que impediam de posicionar-se diante de problemas emergentes. Nem mesmo a chamada Geografia Regional de Vidal de La Blache conseguiu situar-se de forma ativa. A Geografia Tradicional torna-se insuficiente.

Como afirma Claval (1982, p. 9) “[...] a indústria, a cidade, o turismo, as migrações populacionais, os ritmos trepidantes da civilização avançada escapam-lhe”. A visão tradicional da Geografia é inábil para explicar a nova conjuntura da realidade.

Justamente na tentativa de adaptar-se às mudanças, a Geografia começa a remodelar-se.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitas transformações acontecem em todos os domínios científicos. Em particular, nas ciências humanas, essas mudanças são encaradas como uma verdadeira revolução. Esse fato deve-se, em boa parte, ao desenvolvimento notável dos instrumentos de trabalho colocados à disposição dos pesquisadores para, assim, atingirem os objetivos da atividade científica ditados pela expansão capitalista. “A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica” (MORAES, 2003, p. 94).

Era preciso buscar alternativas, soluções para os temas novos e, até então, desconhecidos pela falta de estudos científicos que tratassem os mesmos. A Geografia entra nesse movimento de transfiguração científica, nas palavras de Claval (1982, p. 10): “[...] é todo o arsenal de métodos dos problemas, toda a óptica explicativa que são transformados”. Nascia assim uma renovação metodológica, chamada mais tarde de “Nova Geografia”.

Os impactos da mudança paradigmática

Nessa nova tendência que emergia por volta dos anos 1950, a intenção inicial estava em demonstrar claramente a sua distância e oposição em relação à Geografia Tradicional, considerada ultrapassada.

A corrente que se apresentou como revolucionária, por negar as origens da Geografia, desenvolveu-se inicialmente na Suécia, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, tendo fortes repercussões na União Soviética e na Polônia. Encontrou, porém forte resistência na Alemanha e na França. (ANDRADE, 1992, p. 107).

O fato de os países anglo-saxões concentrarem os principais núcleos de produção dessa tendência teórico-quantitativa da Geografia, em detrimento de Alemanha e França, torna-se lógico, pois estes países estavam enraizados numa sólida formação clássica. Afora a resistência clássica, as chamadas escolas nacionais perdem importância na Nova Geografia “[...] que tentava sobrepor-se aos exclusivismos locais” (SANTOS, 1978, p. 41), espalhando, por diversas partes do mundo, suas idéias e métodos.

Delineada por métodos quantitativos, utilizando-se da estatística e de modelos teóricos, a Nova Geografia converteu-se numa aplicação pragmática de conhecimentos e conceitos fundamentados, principalmente, no neopositivismo ou positivismo lógico. Muito dos modelos utilizados foram herdados de outras áreas como a economia, a sociologia, a etnologia, a psicologia, etc. Um dos poucos modelos tomados de geógrafos foi o de Walter Christaller, precedente ao movimento de renovação, a Teoria dos Lugares Centrais que, de certa forma, foi uma redescoberta

(publicada em 1933 e traduzida para o inglês em 1955). A Teoria dos Sistemas [...] a tese de difusão das inovações, as noções de percepção e comportamento [...]” (SANTOS, 1978, p. 43) também foram utilizadas.

A utilização do termo “Nova Geografia” foi proposta Manley (1966), que, de acordo com Christofolletti (1982, p. 71), considerou “[...] o conjunto de idéias e de abordagens que começaram a difundir-se e a ganhar desenvolvimento durante a década de cinquenta.” Por fim, o termo apenas foi fixado em 1968 por Peter Gold (CHRISTOFOLLETTI, 1982).

Devemos entender que não houve uma ruptura completa, uma sucessão precisa no tempo, permanecendo a existir em trabalhos de ambas as perspectivas, da “nova” e da “velha” Geografia. O corte epistemológico, no entanto, elevou a Geografia ao nível e status indispensáveis às ciências humanas e sociais e, ao mesmo tempo, mantendo uma estreita relação com as ciências do meio (CLAVAL, 1982). Quanto aos opositores da Nova Geografia, alguns resistiram nas velhas tendências como o regionalismo francês; outros acabaram por render-se à renovação.

Essa Geografia pragmática recebe adjetivos como teórica (ou, num erro de tradução no Brasil: “teorética”) ou Quantitativa. Segundo Christofolletti (1982, p. 71). Uma expressão a intensa aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas na análise geográfica, característica básica da Nova Geografia, e a outra salienta o seu aspecto teórico necessário à metodologia científica que engloba os processos de abstração imprescindíveis na análise quantitativa e à aplicação prática.

Essas duas expressões acabaram por representar um realinhamento da ciência geográfica, uma atualização necessária diante

da nova ordem dominante. Como afirma Moraes (2003, p. 100)

Suas propostas visam apenas uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia tradicional. Uma mudança de forma sem alteração do conteúdo social. Uma atualização técnica e lingüística.

Em meio ao neopositivismo imperante surgiram outros pontos de vista e tendências que se desviavam do pensamento quantitativo, ao menos parcialmente, como as tentativas de introdução do marxismo, que, ocorrendo, viria a romper com a chamada Nova Geografia. Ainda temos as influências da Fenomenologia e do Estruturalismo que abriam caminhos a novos paradigmas.

Uma das contribuições da Nova Geografia está justamente no fato de permitir que um novo objeto de estudo dominante emergisse: o espaço (MORO, 1992). Da necessidade locacional de meados do século XX derivam as preocupações espaciais.

As relações espaciais e a sua organização (materializadas na reordenação do território e no planejamento) passam a constituir-se como principal categoria de análise da Geografia.

O momento histórico da Nova Geografia e a questão locacional

O grande desenvolvimento tecnológico em meados do século XX gera um volume de capital investido e uma escala de produção impensável até então. A localização passou a ter enorme significado quando passa a representar um dos principais fatores ligados diretamente ao lucro. Desse modo, para os Estados nacionais e para os grupos dominantes, a localização passa a ser uma questão econômica crucial.

A questão locacional associa obviamente uma renda diferencial à produção, à circulação e ao consumo e, além disso, permite um maior controle da força de trabalho. Numa economia cada vez mais internacionalizada, a estratégia das empresas e dos governos levam em consideração a distribuição espacial das atividades (FERREIRA; SIMÕES, 1986).

Num período em que o planejamento é pressuposto essencial para os objetivos de desenvolvimento territorial, as políticas públicas, em nível mundial, passam a direcionar suas ações por meio do conhecimento e reconhecimento das condições locais do espaço e suas atividades.

A distribuição territorial do trabalho assume, então, a forma e o caráter do fator localização. Isso pode ser observado atualmente na ênfase do fator logístico para a produção econômica.

Críticas e tentativas de superação da Nova Geografia

As raízes do movimento que culminou com a Nova Geografia estão presentes na ação científica para tentar solucionar a crise econômica capitalista, buscar instrumentos eficazes de controle social e nas exigências de um planejamento regional e urbano. Questões são colocadas às ciências sociais após a Segunda Guerra Mundial, articuladas ao pensamento neopositivista. Para atingir os objetivos, a Geografia recorre ao método científico (neopositivista) e aos modelos espaciais com uma linguagem quantitativa.

As principais críticas à Nova Geografia ocorrem com a sua prática, internamente pelos próprios praticantes que constituem correntes desejando seu aperfeiçoamento ou até mesmo a sua superação. Em suma, muitos criadores da Nova Geografia insatisfeitos

passaram a criticá-la. Ferreira e Simões (1986, p. 90) apontam as primeiras críticas:

-Os modelos em que ela se apoia são insuficientes para explicar a realidade;

-Os modelos encontram-se afastados da conduta real do homem;

-Os modelos procuram apenas descobrir o aspecto que tomaria o mundo tendo em consideração apenas certos pressupostos da racionalidade econômica; e

-A Nova Geografia não se preocupa com a resolução dos problemas sociais.

Essa última crítica, talvez a mais forte, serviu de ideal aos descontentes na formação de uma linha crítica. “A evolução de pesquisadores como Willian Bunge e David Harvey permite-nos compreender as bases das principais proposições da chamada Geografia Radical”. (AMORIM FILHO, 1985, p. 48).

Os críticos alegavam que a Nova Geografia e o seu neopositivismo cientificista se colocava a serviço da ideologia capitalista. Seu fraco embasamento teórico deixava a Geografia neutra como ciência crítica que deveria ser. Seu limitado instrumento estatístico era ineficaz ao estudo sócio-econômico e às explicações históricas dos fenômenos. Alguns ainda contestam a própria eficiência matemática, como afirma Silva (1988, p. 107): “Os primeiros trabalhos com os quais tive contato pareciam-me simples exercícios técnicos que de matemática tinham pouco e de Geografia menos ainda”. Esse mesmo autor contesta a utilização da expressão “Revolução Quantitativa”, pois a estatística não termina com as descrições deficientes tradicionais.

A influência do pensamento marxista na Geografia (final dos anos de 1960) significou uma ruptura com os vínculos positivistas da ciência geográfica. O espaço geográfico é visto como a própria sociedade (especializada),

fruto da reprodução do modo capitalista de produção. A Geografia Crítica, na sua versão Radical (ou marxista), assume a característica de uma ciência militante voltada a denunciar e combater as contradições, injustiças e desigualdades sociais. Surge uma ciência com caráter social e até mesmo revolucionário.

Mesmo sob esse direcionamento, a Geografia continua sendo analisada em seu caráter locacional (LACOSTE, 1988), seja como portadora de uma dimensão espacial intrínseca, seja como ciência estratégica e basilar que reúne os mais diversos conhecimentos sobre a superfície terrestre.

Assim, a questão locacional permanece reconhecida como uma característica geográfica. Essa particularidade sobrevive externamente à ciência e ao meio acadêmico, mesmo que, internamente, algumas correntes mais críticas tentem superá-la.

Considerações finais

O enfoque locacional possibilita o estudo mais preciso das atividades humanas na superfície terrestre porque adota e reproduz a noção de sistema espacial ou organização espacial que compreende: “[...] a estrutura dos elementos e os processos que respondam pelo funcionamento de qualquer espaço organizado.” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 81). A Geografia assume, pelo enfoque locacional, um novo objeto de estudo, não mais material ou físico, mas conceitual: a organização do espaço.

Mesmo sob a égide de diversos paradigmas, esse objeto não sofreu alterações em termos de sua denominação que fixada, foi transmitida à Geografia Crítica, esta enfatizando os processos sociais entendidos como contraditórios e injustos da organização do espaço capitalista.

Ainda que os estudos locacionais tenham servido à expansão capitalista onde suas explicações, interpretações e teorias orientavam-se pelo pragmatismo estatístico da Nova Geografia, numa visão Crítica esses continuam a existir na investigação da realidade da sociedade capitalista a partir, sobretudo, de uma visão marxista.

Os estudos locacionais estão também presentes na visão humanística, onde a questão locacional consiste numa vertente imprescindível às reflexões sobre os indivíduos e grupos humanos e suas relações com “seu” espaço, seu local de vida. (espaço vivido).

Não são as críticas que excluíram a importância da Geografia Pragmática para a ciência geográfica, que, com a mesma teve seu campo de evolução aberto. Foi um desafio necessário ao desenvolvimento da Geografia, ao surgimento de novas maneiras de pensar, novas correntes, enfim, a um aprimoramento dessa ciência.

Apresentada uma nova tendência, cabe ao geógrafo posicionar-se em relação a ela, verificar a validade e a lógica da nova concepção (CHRISTOFOLETTI, 1982, p 72). Desse modo, após analisar a nova

concepção, nos seus procedimentos, suas práticas e pesquisas, as críticas podem colaborar para seu aprimoramento ou para sua superação.

No que tange à questão locacional, esta tem como um de seus princípios a pluralidade metodológica, ainda que no período em que a mesma emerge tenha se orientado por lógicas quantitativas.

Nas últimas décadas a Geografia ampliou seu aparato metodológico e teórico que reflete a procura de sua eficiência científica. Recentemente, algumas linhas destacam a territorialidade nas leituras espaciais (HAESBAERT, 2004).

Várias correntes e abordagens da Geografia brasileira convivem e interagem (CARLOS, 2002). A Geografia Crítica (de vertente marxista) e outras correntes demonstram a valorização do social como preocupação presente e constante nas discussões dos rumos dessa ciência e não pode ser prevista totalmente, mas necessita ser debatida. Não se pode condenar uma ou outra corrente sem respeitar suas validades. A simples materialização da liberdade em se fazer ciência, no caso Geografia, é um atributo do princípio do respeito à diversidade.

Referências

AMORIM FILHO, O. B. Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia. **Publicação Especial**- UFMG, Belo Horizonte, n. 2, 1985. p. 44-56.

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. Campinas: Papirus, 1992.

BROEK, J. O. **Iniciação ao estudo da Geografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CARLOS, A. F. A. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo. Ano 18 , v. 1, n. 18. 161 - 178, jan.-jun./ 2002.

CLAVAL, P. **A nova geografia**. Coimbra: Almedina, 1982.

- CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 71-101.
- FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986. 142p.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialidade**: do “fim dos territórios” a “multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LACOSTE, Y. **A geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988. 263p.
- MANLEY, G. **A new geography**. The Guardian, 17 march 1966.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Anna Blume, 2003.
- MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 10, n. 1, 1992.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.